



*Série*

**DIVERSIDADES**

# **Tramando falas e olhares, compartilhando saberes**

**Contribuições para uma educação  
anti-racista no cotidiano escolar**

José Antônio dos Santos  
Rita de Cássia Camisolão  
Véra Neusa Lopes  
Organizadores



  
**UFRGS**  
EDITORA

O livro **Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar** é o resultado da trajetória do Programa Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira, nos dois primeiros anos de atividade (2004 e 2005). Inaugura a Série Diversidades, da Linha Editorial Etnicidade, Identidade e Territorialidade do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, com o objetivo de sensibilizar os profissionais da área de educação para a temática História e Cultura Afro-Brasileira.

A obra contempla reflexões geradas por temas abordados em momentos de formação proporcionados pelo Programa, de modo que o leitor perceba o papel das relações

étnico-raciais na construção das identidades, reescreva o lugar do negro na história e na cultura brasileira e dialogue com o cotidiano escolar, na perspectiva de provocar mudanças na sociedade centradas no atendimento das diversidades étnico-raciais, culturais e de gênero.

Partilhar as experiências na área da diversidade, articulando extensão, ensino e pesquisa é uma das formas de contribuir para a efetiva implementação da Lei Federal 10.639/03, um dos balizadores das ações do Programa Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira.

Rita de Cássia Camisolão  
Véra Neusa Lopes

118/2013  
13/01

# Tramando Falas e Olhares, Compartilhando Saberes

RESERVA TÉCNICA  
Editora da UFRGS



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

---

Reitor

**José Carlos Ferraz Hennemann**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica  
**Pedro Cezar Dutra Fonseca**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Jusamara Vieira Souza**

Conselho Editorial

**Ana Lúgia Lia de Paula Ramos**

**Cassilda Golin Costa**

**Cornelia Eckert**

**Flávio A. de O. Camargo**

**Iara Conceição Bitencourt Neves**

**José Roberto Iglesias**

**Lúcia Sá Rebello**

**Mônica Zielinsky**

**Nalú Farenzena**

**Sílvia Regina Ferraz Petersen**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Jusamara Vieira Souza, presidente**

# Tramando Falas e Olhares, Compartilhando Saberes

Contribuições para uma educação  
anti-racista no cotidiano escolar

José Antônio dos Santos  
Rita de Cássia Camisolão  
Véra Neusa Lopes  
**Organizadores**

  
**UFRGS**  
EDITORA

© dos autores  
1ª edição: 2008

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e editoração eletrônica: Ivan Vieira  
Revisão: Press Revisão

---

T771 Tramando falas e olhares, compartilhando saberes:  
contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar /  
organizado por José Antônio dos Santos, Rita de Cássia Camisolão e  
Véra Neusa Lopes... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

160 p. : il. ; 14X21cm.

(Série Diversidades. Linha Editorial Etnicidade, Identidade e  
Territorialidade).

Programa de Extensão Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar  
e Acadêmico/UFRGS.

Inclui referências.

Inclui figuras e mapas.

1. Educação. 2. Educação – Diferença. 3. Discriminação racial – Escola.  
4. Diversidade – Educação. 5. Educação – Negro. 6. Democratização do  
ensino. 7. Racismo – Brasil. 8. Educação das relações étnico-raciais. 9.  
História – Cultura – Afro-Brasileira. I. Santos, José Antônio dos. II.  
Camisolão, Rita de Cássia. III. Lopes, Véra Neusa. IV. Título. V. Série.

CDU 37:323.118

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

ISBN 978-85-386-0004-6

Nº do registro: 2597

Nº de obra: 708

Data: 16/03/2010

# A África anterior ao século XV: os grandes reinos

*Luiz Dario Teixeira Ribeiro\**  
*Manoel José Ávila da Silva\*\**

## COMO ABORDAR O TEMA (OU AS QUESTÕES TEÓRICAS)

Ao estudarmos a História da África, convém fazer algumas considerações ligadas à definição de nosso objeto de estudo, aos seus elementos, que chamaremos de teóricos, e aos aspectos que consideramos importantes tanto do ponto de vista conceitual quanto do que é mais relevante, da associação com uma determinada compreensão de História. É preciso que se desenvolva uma compreensão da História da África em geral e, aqui, dos seus grandes reinos, já existentes antes dos contatos com os europeus, ocorridos amiúde a partir do século XV, que leve em consideração as características, a cronologia, as organizações e os conceitos próprios destas instituições. De modo mais direto: é preciso estudar a história dos grandes reinos africanos tentando olhar para os modos próprios com que eles se organizaram.

Provavelmente, é essa a nossa grande dificuldade. A própria estrutura do conhecimento histórico está intimamente ligada a um conjunto de conceitos e compreensões que dão conta de problemas, estruturas e explicações mais adequadas ao estudo daquilo que, simplificada, chamamos de História europocêntrica. A começar pelo próprio conceito de reino. Há uma tendência a associar esse conceito à estrutura política moldada na Europa, seja ela baseada no modelo feudal, descentralizado, ou absolutista, no qual a centralização e a

---

\* Professor do Departamento de História da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*\* Professor do Curso de História do UNILASALLE – Centro Universitário La Salle (Canoas/ RS). Endereço eletrônico: [manoeljo@terra.com.br](mailto:manoeljo@terra.com.br).

burocratização crescentes eram características marcantes. As formas de associação e subordinação políticas próprias do ambiente europeu podem até permitir certas analogias, mas não são as mais apropriadas para compreender os reinos africanos.

Mesmo procurando estabelecer modelos históricos explicativos com maior amplitude e validade, é importante fazer uma distinção que acentue a relação entre os modos de vida, a produção e os sistemas, políticos, sociais e culturais decorrentes das interações entre eles. A pergunta a fazer, para iniciar o estudo da História dos grandes reinos africanos, é a seguinte: ao estudarmos os reinos africanos, anteriores ao século XV, podemos conhecer e compreender, a partir das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, as condições que levaram diferentes populações, em diferentes ambientes, inclusive geográficos, a adotarem organizações mais complexas na África antes do século XV? Decorre daí outro questionamento: quais são as bases e os conceitos fundamentais para a estruturação dessas organizações mais complexas desenvolvidos no seio dessas mesmas populações?

Previamente, podemos responder a essas questões com alguns elementos. A territorialidade e o parentesco são fundamentais para compreender as formas de organização políticas africanas, seja nas comunidades tribais, seja nos grandes reinos. A cobrança de tributos na forma de produtos, tais como ouro e sal, permite que se entenda que os territórios dos reinos se constituíam a partir de uma relação política de subordinação sem interferência direta nos modos produtivos regionais ou locais.

A constituição de chefias nos reinos africanos pode estar associada a muitas possibilidades, desde grupos de anciãos que viriam a se tornar os governantes, passando por chefes que se consagraram como juizes nas disputas entre famílias e clãs, até chefias que se desenvolveram a partir do controle de algum recurso natural ou econômico, vinculado muitas vezes a aspectos religiosos. Também há que se considerar o aparecimento de chefias de grupos maiores no momento em que esforços coordenados de organização, motivados por questões políti-

cas, econômicas ou geográficas, se fizeram necessários. Também é preciso lembrar que o processo de conquista e de guerras pode ter levado à constituição das chefias, as quais, expandindo suas áreas de influência e dominação, vieram a formar os reinos africanos.

Mais dois elementos são importantes na consideração teórica da formação dos reinos africanos. As diferenças regionais no continente promoveram diferenças nas formas de organização e colocaram em contato populações com características sociais distintas. Isso acaba por, ao mesmo tempo em que distingue as formas de organização política, promover interações que fazem com que grupos nômades e sedentários, pastores, agricultores e mercadores entrem em contato, com vínculos de subordinação e integração. Nesse particular, é importante notar que a África, que tomaremos como base geográfica para a discussão, está nitidamente dividida em quatro grandes regiões: África Setentrional, subdividida em Magreb (litoral mediterrâneo), Saara (dos desertos), Sahel (faixa intermediária entre o deserto e a savana), Região Sudanesa (das savanas) e Região Guineense (região de floresta equatorial), África Centro-Ocidental, África Centro-Oriental e África Meridional. Cada uma delas tem características próprias na constituição dos reinos.

Fazemos uma ressalva final: neste artigo, não trataremos do Reino da Etiópia. É um reino com características tão específicas que é considerado em conjunto com as sociedades do Oriente Próximo, interagindo com a influência semítica e depois cristã. Geograficamente, trata-se de um reino africano, sem dúvida. Mas o foco de nossa reflexão recai sobre os reinos das tradições da África negra ou daqueles que misturaram essas tradições com a influência islâmica. Fica fora de nossas reflexões por questões de abordagem, e não por desconsideração de sua importância, portanto, o Reino da Etiópia.

O outro elemento refere-se ao fato de que só é possível entender o funcionamento e as peculiaridades dos reinos africanos se considerarmos os seus desenvolvimentos históricos específicos. A ocorrência deles não é uniforme, nem em relação às regiões nem em relação à cronologia. Daí que vamos passar a uma análise específica dos reinos mais

importantes. É certo que não esgotaremos, em espaço tão exíguo, a totalidade dos percursos históricos dos reinos. Vamos nos ater aos que consideramos mais importantes, respeitando as suas localizações regionais. Mais que um inventário exaustivo, procuramos traçar as linhas para uma reflexão que, se não é inicial pelos aspectos que intenta tratar, é preliminar no pouco que se aprofunda. Mais que um inventário, procuramos desenvolver explicações exemplares para uma reflexão que encaminhe não somente os conteúdos sobre os reinos africanos até o século XV, mas também trate de colocá-los a par de questões teóricas e metodológicas em relação ao seu estudo e à produção de um conjunto de conhecimentos que ajude no ensino desse mesmo tema.

Nesta abordagem, procuramos atender aos objetivos traçados pelo Programa de Extensão Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Ao tratarmos de conteúdos da História e da cultura afro-brasileira, também propomos uma reflexão sobre o ensino da História da África, acadêmica, política, profissional e na sala de aula.

Por fim, é importante fazer um esclarecimento. Apenas por duas vezes aparecem citações que fazem referência às fontes das informações e dos dados que usamos em nosso texto. Em virtude do espaço exíguo, nos permitimos uma licenciosidade, a de não fazer citações. Isso tomaria muito espaço e truncaria um texto que tem a pretensão de iniciar a discussão, não a de terminá-la. Assim, todos os dados e referências, nomes de locais, de personagens, datas, episódios e processos históricos foram tomados de empréstimo dos livros que aparecem nas referências bibliográficas ao final. Assim, incluímos uma série de mapas no final para ilustrar as questões de localização dos reinos em destaque. E também para dimensionar o quanto ainda precisamos avançar nessa discussão, pois nos mapas podemos perceber que, além dos reinos citados, existem muitos outros que, em uma situação de maior detalhamento e aprofundamento, mais que merecem o seu estudo.

OS REINOS AFRICANOS:  
A REGIÃO SUDANESA

Passamos agora ao estudo dos grandes reinos africanos da região sudanesa, a partir de suas especificidades históricas.

1. REINO DE GHANA

Como nos demais reinos da faixa sudanesa e do norte da África em geral, o reino de Ghana foi muito influenciado pelas rotas comerciais transaarianas. Elas se desenvolveram entre o litoral mediterrâneo do Magreb e o interior do continente. Os principais produtos foram o ouro, o sal, escravos, cereais e camelos. O reino de Ghana se constituiu, a partir do século VII da era cristã, na confluência sul dessas rotas. O impulso dado pelo comércio de sal, proveniente das salinas saarianas, estimulou a complexificação da estrutura política. As caravanas bianuais que transportavam o sal desde o deserto, em dromedários, chegavam ao interior do continente e trocavam o importante produto por escravos, ouro e cereais produzidos por agricultores na savana nigeriana. Até o início da exploração da América pelos europeus, o reino de Ghana era o principal fornecedor de ouro no mundo mediterrâneo.

O controle do tráfico de mercadorias e o monopólio de todo o comércio exterior promoviam a riqueza do reino de Ghana, além do controle sobre as vias de acesso à região de Bambuk, principal centro produtor de ouro na região sul. A tributação sobre as cargas produzia uma importante fonte de riqueza do reino. Os relatos sobre o reino de Ghana foram feitos por muçulmanos a partir do século XI. A presença muçulmana já aparecia no século X, mas o reino preservava a sua tradição religiosa africana. A capital do reino, Kumbi Saleh, fundada, segundo relatos de mercadores bérberes (do norte da África), já no século IV, atingiu o seu apogeu, junto com o reino, no século X. Era uma cidade com casas de pedra (com um bairro muçulmano, habitado por comerciantes e estudiosos) e onde estava sediada a corte do rei de Gha-

na. Nos arredores da cidade, estavam instalados camponeses que produziam em terras irrigadas.

Segundo relatos muçulmanos, compilados no século XVII, os primeiros soberanos do reino eram bérberes, de origem norte-africana. A primeira dinastia negra instalou-se a partir do final do século VIII, com Kaya Maghan Cissé, e durou por cerca de três séculos. É nesse período que o reino atingiu a sua maior extensão, indo de Tomboctu, no leste, até o Senegal, no oeste. O reino, do ponto de vista da sua institucionalização, foi um conjunto de centros de autoridade de clãs ou linhagens determinado pelo dinamismo dos governantes, os quais são escolhidos segundo um critério matrilinear, pois o sucessor do rei é seu sobrinho, filho de sua irmã. O rei ou imperador tributava reinos menores, províncias e chefias locais. Usamos indistintamente os termos rei e imperador, pois o soberano se comportava das duas maneiras, estabelecendo sobre os territórios uma ascendência ou dominando política, econômica e geograficamente, de modo intensivo, as regiões.

A economia desta sociedade foi baseada na agricultura de subsistência e no artesanato. As populações pagavam tributos e comerciavam os excedentes, trocando-os por sal e outros artigos que eram tributados ou tinham a sua circulação (em grandes quantidades e à longa distância) controlada monopolisticamente pelo rei ou imperador. Normalmente, o rei ou imperador baseava o seu poder no controle das rotas mercantis e dos cruzamentos dessas rotas nas regiões adjacentes do reino.

No contexto do reino de Ghana, desenvolveram-se outras aglomerações subsidiárias, especialmente ligadas ao comércio de ouro e sal.

## 2. REINO DO MALI

O reino do Mali vai ocupar a mesma região do reino de Ghana. Foi um reino que já se constituiu a partir de chefias e populações negras. Mas é necessário, para entender a sua formação, colocá-lo no contexto da expansão islâmica no norte da África ocorrida a partir

de meados do século VII. Por volta do início do século VIII, bérberes islamizados controlavam as rotas do Saara Ocidental e o Magreb. Dominaram Audoghast, no oeste do reino de Ghana, antiga região subsidiária. Formou-se um reino bérbere islamizado que rivalizava com o reino de Ghana, no leste. Em meados do século X, o rei bérbere dominava um território que se estendia desde o Marrocos até o reino de Ghana, sendo o chefe soberano do Saara Ocidental e tributando, segundo relatos islâmicos, 23 reis negros da região.

Com o surgimento dos almorávidas, muçulmanos bérberes, os quais pregavam uma interpretação mais purista do islamismo, em 1042 iniciou-se uma onda de conquistas que se alastrou pelo norte ocidental da África. Fundaram Marrakesh e conquistaram Fez. Em 1076, invadiram e conquistaram o território do reino de Ghana. No início do século XII, o domínio dos almorávidas decresceu e o reino de Ghana recobrou sua autonomia, já sem a grandeza de antes.

Ao sudoeste, numa província do reino de Ghana, uma nova força negro-africana começou a se formar. No início do século XI, o chefe local, convertido ao islamismo, dominava os súditos com o auxílio dos almorávidas. De acordo com relatos muçulmanos, o chefe local, dito Keita, fez a peregrinação até Meca e, em 1050, recebeu o título de sultão.

Em 1230, as lutas entre o reino de Mali e os remanescentes do antigo reino de Ghana levaram ao poder o jovem Sundiata, herdeiro do reino do Mali. Em 1240, já com a denominação de Mari Dajata (leão de Mali), após saquear a cidade de Ghana, transformou-se no senhor da região sudanesa, e especialmente das suas regiões auríferas. Recebeu o crédito de ter introduzido o cultivo do algodão na região.

No século XIV, conforme relatos de Ibn Battuta – viajante árabe – e de Ibn Jaldún – historiador igualmente árabe –, havia um rei no Mali, Kankan Muza, que conferia ao reino uma riqueza e um poderio imensos. Suas relações comerciais chegaram até ao Egito. Relata-se a sua peregrinação até Meca, em 1324, na qual, tendo entrado em contato com mercadores venezianos no Cairo, possibilitou aos europeus o conhecimento de seu reino que apareceu referido pela primeira vez, jun-

tamente com a África Ocidental, em mapas em 1375. Nessa peregrinação, conta-se que sua prodigalidade nos gastos e despesas com ouro foi tal que, devido à quantidade despendida, o valor do metal caiu, e os níveis de então só foram retomados doze anos depois. Ainda que se possa considerar que haja certo exagero, a riqueza do reino do Mali parece ter sido notável, gerada especialmente pelo monopólio do tráfico de ouro, destinado ao Oriente e à Europa, e de sal, que ia para a África Equatorial. O resultado de tais viagens e gastos foi a aproximação entre o mundo árabe e a África negra. No reino do Mali, as inovações trazidas por arquitetos e sábios islâmicos promoveram uma modernização da sociedade e o crescimento político do reino do Mali. Tomando Gao aos songais, o Mali tornou-se mais poderoso. O reino foi a confluência de três culturas: a sudanesa, a egípcia e a magrebina. Sua grandeza foi atestada pelo relato de Ibn Battuta, que o visitou em 1352.

O reino do Mali seguiu importante até o século XV, quando ataques vindos do sul, feitos pelos mossis, e do norte, feitos pelos tuaregues, debilitaram o que já era um reino enfraquecido pelos maus governantes. Quando os portugueses contataram com o Mali, o reino já estava decadente. E no século XVI o rei Mamadú II pediu, inutilmente, ajuda aos portugueses para resistir aos inimigos, pois já havia perdido inclusive Tomboctu, grande centro do comércio de longa distância, de instalação de monopólios reais e de tributação, importantes fontes de renda para o reino, para os tuaregues. Foi a decadência do reino do Mali.

### 3. IMPÉRIO SONGHAI

O Império Songhai desenvolveu-se na região a leste do reino do Mali, ao longo do Rio Níger. Antes mesmo da consolidação do reino do Mali, já se encontravam vestígios de uma organização política que colocou em contato pescadores locais e nômades bérberes, vindos do deserto, os quais receberam o título de Dia. Entre eles, a difusão da poligamia e da matrilinearidade rapidamente conferiu um caráter que podemos referir como sendo específico e distintivo das organizações

políticas da África negra no período. Através de ligações e alianças com clãs, formaram-se linhagens negras. A dinastia Dia governou entre os séculos VII e XIV. Ao se deslocarem pelo rio, os sedentarizados foram empurrando os pescadores nômades, os quais acabaram por fundar a cidade de Gao. Unificado, por volta do século XI o Dia converteu-se ao islamismo e trasladou a capital para Gao. O império consolidou-se às margens do Rio Níger e na região em que confluíam as rotas que, desde Trípoli e Cairo, cruzavam o Saara.

Em contato com o reino do Mali decadente, por volta de 1400, o Império Songhai retomou seu desenvolvimento à custa de invasões e saques ao reino vizinho e a um contingente de população camponesa. Em 1468, um imperador songhai, Sonni Ali (também chamado Ali Ber ou Ali, O Grande), tornou-se o maior conquistador da África negra. Até 1492, construiu um império que vai das margens do Rio Níger até o Daomé. Suas conquistas repercutiram na Europa, e João II, de Portugal, mandou embaixadores para estabelecer contato com ele. Ali Ber, ao que parece, era contrário ao clericalismo islâmico, pois tomou medidas que foram até a execução dos ulemás (sábios, responsáveis pela interpretação das leis e pela manutenção da doutrina islâmica) que lhe eram contrários. Defensor das tradições da África negra, lutou contra a expansão islâmica. Em 1492, quando morreu, foi sucedido por Askia Mohamed, um general convertido ao islamismo.

Askia Mohamed deu continuidade às conquistas do Império Songhai. Organizou-o em províncias e criou um exército permanente. Suas conquistas foram referendadas pelo título de califa que recebeu quando de sua peregrinação à Meca, em 1497. Os seus domínios estenderam-se ao norte até o deserto, passando a dominar as minas de sal do sul-marroquino, e ao oeste tomou o que restava do reino do Mali. Foi detido em seu avanço pela resistência dos hauçás, povo que se localizava na mesma faixa sudanesa, e entre os quais a manutenção das tradições africanas, especialmente religiosas e rituais, promovia uma contenção da caminhada do islamismo na África. Em 1528, sua sucessão foi muito disputada e, quando se resolveram as

questões dinásticas, voltou a reinar a prosperidade no reino. Cidades como Tomboctu e Djenné foram centros intelectuais e comerciais. Esse quadro estendeu-se até o final do século XVI, quando os marroquinos iniciaram um processo de conquista das regiões ao sul, com a intenção de controlar as minas de ouro. O desenvolvimento, o esplendor e a decadência do Império Songhai foram relatados por historiadores e viajantes árabes, além dos relatos produzidos no próprio ambiente cultural local, marcado pela erudição e complexidade. Essa erudição era experimentada nos centros intelectuais islâmicos, como em Tomboctu, onde os livros e uma cultura letrada, típica do mundo islâmico, ganharam muita relevância.

Depois do século XVI, o Império Songhai acabou disperso e não recobrou mais a sua integridade. Em seu lugar, apareceram pequenas organizações políticas, algumas antes subordinadas, que então passaram a gozar de autonomia e a desenvolver-se de modo autárquico.

#### 4. REINO HAUCÁ

O reino Hauçá encontrava-se na região central da mesma faixa sudanesa dos três reinos anteriores. A sua formação diferia, em muitos aspectos, dos reinos anteriores. A primeira grande diferença estava no papel que o islamismo desempenhou nesse reino. Embora tenha tido importância, nesse reino as tradições religiosas africanas permaneceram dominantes. Muitos príncipes e funcionários importantes professaram o islamismo, mas a maioria da população (camponeses, mulheres, minorias excluídas, habitantes autóctones, assim como parte do que podemos tratar como aristocracia) continuou a desenvolver os seus rituais tradicionais, ligados ao culto dos antepassados, dos espíritos da natureza e de divindades mitológicas.

Outra especificidade desse reino foi o fato de ter-se constituído por uma sobreposição de muitos reinos menores. Hauçá não é uma etnia, é um tronco lingüístico que agrupava várias populações localizadas ao sul do deserto, entre Chade e o leste do vale do Rio

Níger. Por volta do século XI, essas populações já se encontravam nessa região. Os relatos sobre este reino (ou reinos!) remontam a esse período, e as crônicas escritas, fato raro para a história da região, foram destruídas, provavelmente pelos invasores peules, vindos do deserto no final do século XVIII e início do XIX. Os peules são um conjunto de povos que habitavam regiões que iam do Mali ao Alto Níger e ao Alto Senegal. Sem uma continuidade territorial, mantinham uma identidade lingüística, infiltrando-se nos intervalos e interstícios dos outros povos, organizações políticas e regiões. Dedicavam-se em diferentes espaços ao pastoreio e à agricultura, e, por vezes, apareciam como nômades ou como sedentários. Tornavam-se senhores, dominando territórios ou recebiam proteção ao se localizarem em determinadas regiões. Uma cartografia dos peules é extremamente complexa e confunde a localização de populações com a afirmação de traços lingüísticos no espaço antes referido. Os peules sedentarizados tenderam a se aproximar mais do islamismo, formando sociedades hierarquizadas e mesmo centralizadas (no norte da atual Nigéria, por exemplo). Já os peules que se mantinham ligados às atividades pastoris tenderam a formar grupos que se entrecrocavam com as demais comunidades da região, ampliando o seu espaço de atuação e buscando uma ligação mais tênue com um islamismo menos doutrinário. Uma crônica islâmica, escrita no século XIX por ulemás na cidade-reino de Kano, descreveu as disputas entre os líderes religiosos tradicionais, os muçulmanos e a população, pela implantação de um sistema de poder. Como o restante dos relatos foi destruído, a história remete-nos aos aspectos lendários para entender o reino dos Hauçás.

Uma explicação, que tem a força de mito fundador e legitimador do poder com forte influência islâmica, trata da constituição do reino a partir da chegada de estrangeiros, vindos do norte. Chegando à região, um deles teria casado com uma princesa, Daurama, sucessora de uma organização política preexistente. Após derrotar um monstro que habitava um poço, que controlava o abastecimento de

água, Abu Yazid casou-se com a princesa e teve um filho e seis netos. Cada um deles fundou um dos Estados hauçás, ditos legítimos: Daura, Kano, Gobir, Katsina, Biram, Zazau e Rano. Juntam-se a estes os Estados ilegítimos, outros sete, que não estão na origem dos domínios hauçás, mas nos quais eles, em algum momento, desempenharam papel predominante.

Dos reinos hauçás, o mais conhecido é o de Kano. Dele se encontra um registro em árabe escrito por volta do final do século XIX. Esse registro deve ter origem nos textos desaparecidos anteriormente e na tradição oral. Apesar do registro escrito, há uma vinculação com a tradição e com descrições que associam aspectos realísticos com outros legendários. O primeiro rei é Bagoda, neto do herói que matou o monstro e desposou a princesa Daurama. Já na segunda metade do século XIV, Yadiji foi o primeiro rei islâmico. No século XV, Kano, embora seja um reino próspero, manteve um pagamento de tributos ao reino de Bornu. Esse reino ficava na região central do Sudão e desenvolveu-se a partir de povos nômades, posteriormente islamizados, e que, associados à região de confluências das caravanas saarianas, praticavam intensa atividade comercial, especialmente de ouro e escravos. Esses tributos tomaram a forma de contingentes de escravos, capturados aos reinos vizinhos e endereçados aos muçulmanos. Estes tinham no estatuto da escravidão uma forma de preencher os altos postos administrativos e mesmo militares. A fidelidade e a possibilidade de renovação dos quadros levaram, nos domínios muçulmanos seja na África seja na Ásia ou mesmo na Europa ocupada, a uma generalizada utilização de tal sistema.

No século XVI, o reino de Kano foi invadido pelo rei do Songhai, Askia Mohamed, que ocupou também Katsina e Zazau. A sua decadência acentuou-se até o século XVIII, quando recuperou alguma prosperidade. No século XIX, foi invadido pelos peules, povos oriundos da região do Senegal, pastores e nômades, que migraram ao longo dos séculos do Ocidente para o Oriente, atingindo o Chade no século XIX.

O reino de Katsina foi essencialmente comercial e sofreu a pressão da islamização no século XIV. Houve grande rivalidade entre esse reino e o de Kano, mas foi Bornu, um reino não-hauçá, que impôs a Katsina um pagamento de tributos, também na forma de escravos.

Gobir foi o reino hauçá mais próximo dos tuaregues e, com eles, desenvolveu uma convivência que não era, de modo algum, tranqüila.

No século XIX, os peules destroem os reinos hauçás.

Há ainda duas referências a serem feitas a esse conjunto de reinos. A primeira destaca o reino ilegítimo de Djukun, também chamado de Kororofa. Nesse reino, os reis tiveram um papel que merece destaque, pois adquiriram (ou mantiveram!) um papel mais que político. Os reis exerciam um poder considerado mágico. Deles e de seu poder dependiam não só a administração do reino, mas também a saúde do povo. Os reis possuíam uma divindade intrínseca ao cargo.

A outra referência diz respeito ao desenvolvimento das cidades (ou cidadelas) nesses reinos. De centros que passaram a aglutinar poderes e população, as cidades acabavam por se tornarem cidadelas fortificadas e possibilitarem a própria formação dos reinos. No seu interior, além de residirem os líderes associados às profissões (ferreiros, caçadores, pescadores, tecelões, pedreiros, carpinteiros e outros) e aos clãs, também havia o local de culto. Tanto graças ao prestígio do culto como ao crescimento do poder dos líderes que advinha da proteção que franqueavam para os camponeses, as cidades passaram a aglutinar maior população e a exigir uma administração mais complexa. Daí passava-se aos reinos, em associação com a chegada de estrangeiros que acabavam por integrar-se ou dominar o local, e criava-se um modelo político que chamamos de reino, mas que precisa ser bem entendido no seu sentido regional e como solução para problemas práticos específicos. Há analogias a serem feitas com o reino europeu, mas as peculiaridades são tais que é preciso fazer o estudo do caso particular africano.

Para concluir, para o conjunto de reinos que chamamos reino Hauçá, é importante discutir a questão das guerras e dos conflitos entre os reinos que o compunham e a ocorrência da escravidão. BERTAUX

(1994) cita a necessidade de que se mantivessem em conflito os reinos hauçás, pois disso dependia a manutenção do desenvolvimento econômico. A escravidão desempenharia um papel econômico importante, o que teria levado os reinos à condição de beligerância permanente em virtude dos efeitos econômicos. Nas guerras, o aprisionamento dos inimigos significava uma espécie de atividade econômica, mais que um ato de conquista e de expansão sobre o território do reino inimigo. Efetivamente, a escravidão irá desempenhar um papel econômico. Mas corrigir o seu efeito político não pode ser minimizado. Ela faz parte do sistema político que vai se complexificando cada vez mais na África ao sul do Saara. A existência de escravos (funcionários, tropas, serviços e até escravos cujo vínculo e lealdade são única e exclusivamente relacionados ao próprio rei, de quem têm dependência) irá preencher um espaço reservado ao desdobramento de estruturas políticas, através da dominação que proporciona. Além disso, também possibilitará o desenvolvimento econômico sob determinadas condições específicas e que são bastante diferentes daquelas experimentadas pelos africanos escravizados, quando trazidos para a América e forçados ao trabalho compulsório em lavouras de caráter capitalista.

#### OS REINOS AFRICANOS: A REGIÃO GUINEENSE

Dois reinos apresentaram características marcantes nas organizações políticas da região. Foram reinos consolidados entre os séculos X e XV. Não foram os únicos, mas foram exemplares. Esta região foi geograficamente distinta da região sudanesa em virtude da presença da floresta equatorial, ao contrário do cenário semidesértico e de savana da outra. É importante que se entenda que estamos tratando de uma região que se estende ao entorno do delta do Rio Níger e segue pelo sul até os limites da região do Rio Congo, já na região centro-ocidental da África negra. A atual Guiné Equatorial é apenas mais um Estado contemporâneo da região mais vasta denominada guineense.

## 1. REINO DO BENIN

O reino do Benin situava-se no oeste do delta do Rio Níger, ao sul do reino dos songais. A região também foi conhecida como a forquilha dos rios Níger e Benué. A tradição oral, mais que relatos escritos, fornece as informações sobre as quais se remonta a história não só desse reino, como também dos demais reinos da região, prolífica em cidades e organizações políticas. Essa mesma tradição afirma que o reino do Benin teria sido fundado por Eweka, príncipe vindo da cidade lendária de Ifé, religioso, sagrado para os iorubas e para os habitantes do Benin.

A formação do reino teria ocorrido a partir do século XII e existem relatos que demonstram a formação de uma corte já no século XIII. No final do século XV, em 1484, os portugueses entraram em contato com a população do reino do Benin através de Afonso de Aveiro.

As atividades de metalurgia, especialmente a confecção de esculturas de bronze, foram muito avançadas na região. Tratava-se de um povo que se sedentarizara na região, não sendo autóctone, e que baseava a sua estrutura econômica, social e política em uma estreita relação com a religião tradicional. É possível afirmar que todos os reinos dessa região estiveram sob a influência da tradição, da língua, da religião e dos costumes do que chamamos a grande cultura iorubá. Existiram diferenças dialetais e mesmo tradições religiosas e políticas que foram se distinguindo. Mas essa distinção foi fruto das peculiaridades e circunstâncias regionais e históricas a que foram condicionados os diversos grupos da região. Na base está o tronco comum ioruba.

## 2. REINO IORUBÁ

Os iorubas teriam vindo para a região a partir de migrações originadas no leste. Algumas versões dos mitos fundadores islamizados

afirmam que eles teriam vindo originalmente do atual Iraque. Outra versão coloca-os como originários de Meca. Há também o relato que localiza sua origem mais próxima da região que habitavam, no século XII, a Hauçalândia. Todos esses relatos têm a finalidade de legitimar a existência do Estado.

O reino Iorubá teve uma origem mitológica, associada à religião, que dizia que não só a monarquia, mas todo o mundo foram criados em Ilê Ifé, o umbigo do universo, a fonte de todas as coisas, o lugar de onde os homens se espalharam sobre a Terra (SILVA; 1996: 453).

Uma característica comum nos reinos dessa região foi o caráter mágico e divino da realeza. Os reis, não raro, eram executados ou induzidos ao suicídio, para que houvesse um controle sobre as determinações reais e se evitassem a tirania e o absolutismo. Ao mesmo tempo em que o rei era a fonte de riqueza e de poder de seu povo, ficando, como já ocorria em outras regiões, encarregado simbolicamente da manutenção da saúde do povo, qualquer sinal de fraqueza ou que indicasse um presságio, agouro ou indício negativo importava no seu descrédito. Isso vai caracterizar o modelo monárquico dos reinos africanos e, por conseguinte, o tipo de Estado que se institucionalizava através dele. Outra influência de destaque das monarquias africanas foi o aspecto familiar que marcava os vínculos institucionais. A célula fundamental, sobre a qual se organizava a vida social, econômica e política, foi a família. O indivíduo pertencia primeiro a uma família, ou clã, e, depois, a uma organização política a que chamamos de Estado. É importante relativizar a definição de Estado, pois temos a tendência de tratá-lo sempre a partir de nossa experiência ocidental moderna, iniciada com o contratualismo, e que toma por base uma divisão entre o público e o privado. É preciso lembrar, ainda, que nem na Europa medieval essa característica de Estado era usual, e que muitas das condições políticas eram iguais àquelas encontradas na África, no mesmo período. Na África anterior ao século XV, as condições não eram iguais às do contratualismo europeu moderno. O reino africano, geralmente, era encarado como uma grande família. O rei era um filho dos ances-

trais e os outros reis, seus antecessores, eram seus irmãos. O povo aparecia como um conjunto de filhos do rei, o grande pai.

Uma característica marcante da organização territorial dos iorubas era o fato de eles se organizarem em cidades. Estavam baseados nas cidades, ao contrário dos demais reinos. Na região dos reinos iorubás, as cidades foram importantes focos de organização. O seu crescimento promoveu, na mesma medida em que se complexificavam as relações e aumentavam as necessidades e as exigências de coordenação, a formação dos reinos. Daí a diversidade de reinos na região, com base nos centros urbanos, os quais se multiplicavam, a partir do século XIX, em um ambiente marcado pela selva e pela savana, o que permitia uma diversidade de recursos para a manutenção das populações.

#### OS REINOS AFRICANOS: A REGIÃO CENTRO-OCIDENTAL

Na região litorânea do Atlântico, formaram-se, junto dos rios e avançando para o interior, reinos populosos e com características agrícolas. Intermediando as relações entre a floresta e a savana, esses reinos constituíram-se por meio de um adensamento populacional e do desenvolvimento do comércio entre esses dois ambientes. Pescadores tornavam-se comerciantes através das trocas de produtos específicos de cada região. A mineração do cobre e seu transporte por caminhos terrestres estabeleceram ligações entre o ocidente e o oriente africano. O cobre era levado da região do Rio Congo ao Zimbábue e ao Monomotapa, sendo aí comercializado com as principais cidades do Índico africano e espalhando-se pelo Oriente. O aprimoramento da metalurgia, com o uso de madeiras mais duras, as quais geravam temperaturas mais altas e maiores possibilidades de trabalho do ferro, fez com que crescesse a produtividade na agricultura. Além disso, deu maior capacidade guerreira e de conquista territorial e de escravos para as populações que se aglomeravam nos vales dos rios da África Centro-Occidental, avançando para a floresta e em direção ao sul.

## 1. REINO DO CONGO

O reino do Congo situava-se no centro de uma região formada por outros pequenos reinos, com uma tradição de sucessão patrilinear. Com populações de origem banto, o reino do Congo estava composto por pequenos reinos (ou províncias, como definiam os observadores europeus no século XVI) ao sul: Mbata, Mbamba, Mpemba, Nsundi, Mpangu e Sonyo. Ao norte, era vizinho dos reinos de Loango, Kakongo e Ngoyo. Mais ao sul, no Rio Kwanza estava o reino de Ndongo, cujo soberano era o Ngolo (de onde pode ter vindo o nome português de Angola).

No meio disso tudo, no vale do Rio Congo, entre o interior (região do Rio Kwango) e o Atlântico, entre Benguela ao sul e o estuário do Rio Congo ao norte, no litoral, estava o reino do Congo. Localizado na confluência de rotas comerciais de longa distância, possivelmente desta situação privilegiada o reino obtinha uma fonte de renda por meio da tributação.

Fundado por povos de origem *luba-lunda* por volta do século XV o reino do Congo era governado, à chegada dos portugueses na região, por um soberano denominado Manicongo, e sua capital ficava em Mbanzango (atual São Salvador, em Angola). Havia um grande desenvolvimento da metalurgia e não seria inusitado que, na sua criação, o reino do Congo tenha sido dominado por chefes ferreiros. Os vínculos tributários estabeleciam as relações entre as diferentes regiões e definiam as condições de subordinação das comunidades em face do reino.

O reino do Congo, reunindo esta diversidade de reinos menores, acabava por formar uma espécie de federação, definidas as posições de mando por laços familiares. A unidade estava baseada num parentesco político, que andava lado a lado com o parentesco sanguíneo. Esse era o preceito que regulava as instituições políticas. Assim, era possível encontrar descendência política onde não existia descendência familiar, o que possibilitava a ocupação de posições políticas por homens e mulheres, desde que fossem preenchidos os laços de

parentesco político, por meio do desempenho de papéis políticos masculinos (o gênero é menos importante que o papel e a função desempenhada na definição de quem ocupará o posto de mando).

Quando da chegada dos portugueses na região, em 1482, com Diego Cão, desenrolaram-se conflitos que envolveram as relações entre os diversos reinos e a possibilidade que se lhes apresentava a aliança ou o repúdio aos portugueses, com a intenção de aumentar o domínio sobre as regiões e os reinos vizinhos. Foi com a chegada dos europeus que esta região conheceu um maior número de disputas territoriais e mesmo guerras, especialmente após a implantação do trato dos escravos nas formas determinadas pelo mercado europeu. Anteriormente, e em virtude da baixa densidade populacional e das grandes extensões de terra, os conflitos e as guerras eram menos frequentes.

## 2. REINO DE N'GOLA

Ao sul do reino do Congo, desenvolveu-se um outro processo de centralização, ligado à exploração das minas de ferro e sal da região do Rio Lucala e de Quisama. Povos abundos, próximos dos congos, do norte, ocupavam essa região. Eram ligados à exploração dos recursos naturais, além de praticarem o comércio, a agricultura e a caça.

A tradição oral afirma que os abundos foram dominados pelos samba, vindos do reino congolês de Mbamba, ao norte. Substituindo a base física tradicional do poder, representada pelas bonecas que conferiam o poder aos que as conduziam, as *lunga* ou calunga, os samba criaram um novo objeto mágico ou simbólico. Para rivalizar com os detentores do poder regional, a angola, instrumento de ferro qualquer (enxada, machado, sino, faca, ponta de lança) ou mesmo massa informe do metal, foi introduzida na região.

De modo pacífico ou por meio de conquista violenta, a verdade é que, entre os séculos XIII e XIV, na região havia se estabelecido uma organização política mais complexa, que subordinou regiões antes autônomas. A afirmação da angola representava a superação dos

vínculos com o rio e o estabelecimento de um poder mais simbólico, pois que a massa de metal se deslocava e confirmava o poder de quem a detinha. O zelador da angola detinha o poder e cada aldeia procurava ter a sua angola. A centralização ocorreu a partir do século XVI, e os soberanos passaram a ter maior influência militar e política.

Ao sul de seu território, habitavam os ovimbundos, povo de agricultores e pastores. A sua estrutura política foi similar à dos ambundos, embora com menor complexidade. Também se estabeleceram a partir de chefias guerreiras, associadas ao ferro e à sua utilização. Foram coetâneos dos primeiros.

#### OS REINOS AFRICANOS: A REGIÃO CENTRO-ORIENTAL

Na África Centro-Oriental, encontramos uma concentração especificamente em um local: na região dos atuais Zimbábue e Moçambique. Isso não significa que não houvesse populações no espaço entre o norte-oriental, marcado pelos reinos cristãos, e o centro-sul. Indica apenas que nesses locais, Zimbábue e Moçambique, a concentração é notável o suficiente para que as necessidades e exigências da organização e coordenação dos esforços promovessem o aparecimento de estruturas políticas mais complexas, e, simultaneamente, proporcionassem uma maior densidade, o que levava a posteriores e maiores exigências de coordenação e organização política, em um processo constante. O principal centro político dessa região foi o reino do Monomotapa.

##### 1. REINO DO MONOMOTAPA

Na região dos contemporâneos Zimbábue e Moçambique, constituiu-se uma organização política que, no século XIII, ganhou o nome de Grande Zimbábue. Uma localidade ocupada até o século IV é referida como o outeiro, o qual pode ter dado origem àquela organização

ímpar. O outeiro abandonado teve sua ocupação retomada no século X ou XI. Povo de pastores e de agricultores, os xonas se sedentarizaram. Duas vertentes concorrem para explicar o aparecimento de tal organização. A primeira faz referência ao crescimento do prestígio religioso da comunidade, e a acumulação de oferendas, que se verificaria, teria produzido um excedente tal que foi possível passar a atuar em atividades comerciais de longa distância. Isso teria feito crescer o poder da comunidade, provocando a hierarquização e a elitização da comunidade do outeiro. Outra explicação coloca em segundo plano a religião e diz que a conquista e a afirmação dos moradores do outeiro se dão por meio de seus grandes rebanhos e de suas armas.

No mesmo formato, em região próxima, Mpungubué apresentava as mesmas características. Ambas as comunidades deixaram ruínas que demonstram o aparecimento de uma cidade com grande contingente populacional, ligadas a atividades que envolviam o comércio de mercadorias como ouro, marfim e cobre, além de gado, sal e cereais.

No Grande Zimbábue, existiram construções muradas de alta complexidade, denotando igual complexidade nas relações sociais e políticas. Centro econômico e político, a cidadela também reservava espaço para as atividades religiosas, fundamentais para o estabelecimento pleno das posições de mando da elite habitante do cimo da colina. No século XV, em função do que pareceu ter sido o esgotamento da terra, a comunidade se deslocou, abandonando a cidade, que já experimentava um processo de decadência, perdendo seu papel de protagonista para outras localidades igualmente ligadas à corte xona, a qual se expandira em direção ao norte atrás de melhores pastagens.

Outro outeiro, Ingombe Ilede, próximo ao Rio Zambeze, também passou por um processo de ocupação/desocupação/ocupação e, no início do século XIV, voltou a ter habitantes. Experimentou, então, um crescimento associado às atividades de criação de bois, cabras e cães, de cultivo de sorgo e algodão (que também era tecido) e de manufatura de jóias de cobre e de cerâmicas. Sua posição facilitou o controle dos intercâmbios na região, associando todos

os outros centros como o Grande Zimbábue. Esse comércio foi privilégio de uma elite.

Quando o Grande Zimbábue se trasladou para o norte, seu soberano, Mutota, desejou restabelecer o papel dominante de sua comunidade. Isso ocorreu logo após o declínio de Ingombe Ilede. As jazidas de ouro da região modificaram a função do Grande Zimbábue. De tributário e dependente, passou a ser o tributador e controlador da produção de ouro. A retomada do prestígio foi acompanhada do aparecimento do soberano conhecido como Monomotapa, expressão pela qual passam a ser conhecidos Mutota e seus sucessores, graças ao prestígio retomado pelo Grande Zimbábue. Monomotapa, ao lado de várias acepções, parece significar rei, além de senhor dos cativos, senhor de tudo, senhor da pilhagem, senhor dos metais, etc. Dominando a região e os seus recursos, forma-se uma organização não-unitária, mas que constituía um império marcado pelas relações de senhorio, as quais subordinavam chefes e soberanos locais ao soberano. Este tinha, além dos poderes políticos, os da divindade, ou da religião, ou da magia, estrutura característica das monarquias africanas desse período.

Entre os séculos XIV e XV outros centros rivalizaram com o Monomotapa, como Butua e Tórua. Verdade é que, no século XVI, os portugueses encontraram uma região que era subordinada ao domínio de um senhor, embora houvesse disputas por toda parte, tanto no tocante à extensão dos domínios territoriais como no referente à cobrança dos tributos. E isso impressionou os europeus.

#### COMO CONCLUSÃO

Recuperando questões apontadas no início deste texto, o estudo dos reinos africanos, aqui proposto, restringiu-se aos grandes impérios da África negra. Muitos reinos foram apenas tangenciados como referências para o entendimento daqueles reinos que enfocamos direta e prioritariamente. A seguir, alguns aspectos menos

que conclusivos, mas ligados a encaminhamentos futuros, precisam ser abordados.

Quando encerramos a exposição das trajetórias históricas dos reinos africanos no limiar do século XVI, com a chegada dos europeus, deliberadamente nos furtamos de descrever os efeitos desse contato. Guerras, alianças e novas organizações territoriais, ao lado do fortalecimento de determinadas estruturas de poder acabam por aparecer numa África que vai sendo inserida diretamente no contexto do desenvolvimento do capitalismo europeu. Isso não significa que as relações da África com os outros continentes já não ocorressem. O caso é que, a partir do século XVI, elas se darão de modo direto. E isso deve ser muito melhor estudado. Um caso é particularmente digno de nota e exige maior aprofundamento. Os portugueses e os soberanos na região do Congo, a partir do século XVI, desenvolveram uma política de alianças que teve resultados insólitos e que produziu efeito direto sobre a formação da cultura afro-brasileira. É notório o papel legendário que a rainha Nzinga, ou Ginga, do Congo, representou nas *démarches* históricas no momento do contato dos portugueses com os congolese e, mais que isso, como essa tradição aportou no Brasil, trazida pelos negros escravizados e incorporou-se à nossa cultura, por meio da representação das Congadas. E esse é apenas um caso em que compreender a História da África exige um duplo olhar, o qual parte dos dois lados do *é possível pensar até na exigência de um olhar triplo*, que inclua as miradas europeias também (revisitadas e revisadas), o que só complexificaria a nossa tarefa. Que está ainda no seu início.

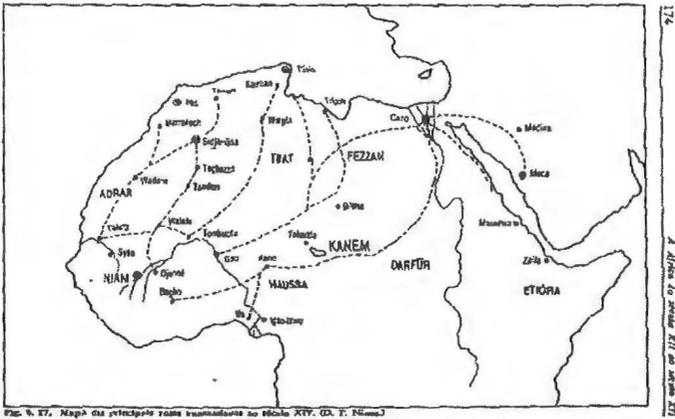
#### REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual*. Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Classe e Nação na História e na Crise Contemporânea*. Lisboa: Moraes, 1981.
- BERTAUX, Pierre. *África*. Desde la prehistoria hasta los años sesenta. Madrid: Siglo XXI, 1994.

- FAGE, J. D. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, s/d. 2 v.
- MAESTRI, Mário. *História da África Pré-Colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- NIANE, D. T. (Coord.). *História Geral da África: a África do século XII ao século XVI*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1988. v. 4.
- RODRIGUES, João Carlos. *Pequena história da África Negra*. São Paulo: Globo. Brasília: Biblioteca Nacional, 1990.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A Enxada e a Lança: a África Antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Manilha e o Libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: UFRJ, 2003.

# Mapas

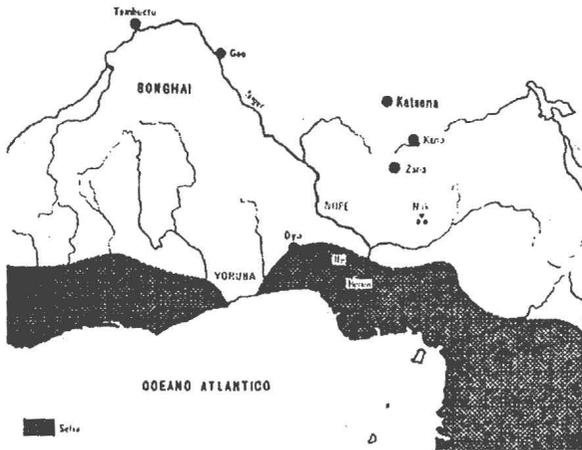
## Rotas Transaarianas



(NIANE, D. T. (Coord.). História geral da África. Vol. IV: A África do século XII ao século XVI. São Paulo: Ática/UNESCO, 1988. P. 174.)



## Ioruba e Benin



(BERTAUX, Pierre. Africa. Desde la prehistoria hasta los años sesenta. Madrid: Siglo XXI, 1994. p. 61.)

